



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO Nº 02/2015 - SRP

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 16, de 22 de abril de 2014, expedida pelo Diretor-Geral do TRE-TO, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO (PRESENCIAL)**, tipo **MENOR PREÇO**, autorizada nos autos do Processo nº 1133-55.2015.6.27.8000, por meio de Registro de Preços, cuja Sessão Pública para o Recebimento das Propostas ocorrerá no **dia 17 de março de 2015, às 15:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**, na Sala de Licitações deste Tribunal, situada na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lotes 01/02, em Palmas/TO. A licitação obedecerá às condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, e pelos Decretos nº. 3.555, de 8 de agosto de 2000 e **7.892 de 23 de janeiro de 2013**, e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e, ainda, pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e pelo Decreto n.º 6.204, de 5 de setembro de 2007.

I - DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para contratação de **serviços de filmagem e cobertura fotográfica** a serem realizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO) em Palmas ou em municípios situados no interior do Estado, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I), parte integrante deste Edital.

II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

2.2. Não poderão participar desta licitação, empresas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

2.2.1. **que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, comprovado por meio de Estatuto ou Contrato Social;**

2.2.2. que se encontrem em regime de recuperação judicial ou com falência decretada, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução, liquidação;

2.2.3. que tenham sido declaradas suspensas de contratar com o TRE-TO;

2.2.4. que estejam reunidas em consórcio de empresas e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.5. estrangeiras que não funcionem no país;

2.2.6. que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.2.7. que estejam atuando na condição de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), conforme Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário;

2.2.8. que tenham em seus quadros empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (art. 3º, Resolução CNJ nº 07/2005);

2.2.9. que tenham entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

2.3. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. Na data, hora e local designados para sessão, as empresas interessadas deverão apresentar-se, e identificar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro.

3.2. O credenciamento far-se-á mediante a apresentação dos documentos a seguir enumerados, que deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial:

a) Procuração passada em instrumento público, ou particular com firma reconhecida, com poderes especiais para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame em nome da proponente, conforme modelo Anexo II (Carta de Credenciamento);

b) Estatuto ou Contrato Social e suas alterações devidamente registrados na Junta Comercial ou no órgão competente;

c) Carteira de Identidade

3.3. No caso de comparecimento de proprietário, sócio-gerente ou dirigente da empresa, deverá apresentar o respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.4. A documentação necessária para o credenciamento deverá ser entregue fora dos envelopes da proposta de preços e dos documentos de habilitação, juntamente com as declarações abaixo:

3.4.1. Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para aquelas que desejarem usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo de declaração constante do **Anexo III** ou Certidão de enquadramento expedida pela Junta Comercial.

3.4.2. Declarações de Cumprimento dos Requisitos da Habilitação, conforme modelo sugerido no **Anexo IV**.

3.5. As informações contidas nas declarações apresentadas terão presunções relativas de veracidade, podendo ser contestadas por qualquer interessado, o qual terá o ônus de comprovar suas alegações.

3.6 O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, abrir diligência para requerer a documentação que entender necessária à comprovação das informações declaradas, tais como:

3.6.1 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;

3.6.2 Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE.

3.7 Não serão admitidos mais de um representante credenciado por empresa, nem um único representante para mais de uma empresa.

IV – DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

4.1. Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: Proposta de Preços e Habilitação.

4.2. Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados, em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO N.º XX/ 2015

OBJETO:

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015 – FILMAGEM E COBERTURA FOTOGRÁFICA – PA 1133-55.2015.6.27.8000

LICITANTE: _____
CNPJ: _____
ENVELOPE Nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
PREGÃO N.º 02/ 2015
OBJETO: _____
LICITANTE: _____
CNPJ: _____
ENVELOPE Nº 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

4.3. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e documentação para habilitação será pública, dirigida por um pregoeiro e realizada de acordo com o que reza a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos n.ºs 3.555/2000 e 7892/2013, e, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com este Edital e seus anexos, no local e horário já determinados.

4.4. A partir de quinze minutos antes do horário previsto para a reunião, o pregoeiro poderá iniciar o credenciamento dos representantes das licitantes interessados. Ao final do credenciamento, poderá ser elaborada lista com a identificação de todos os credenciados e que, após assinada, será anexada aos autos.

4.5. Encerrado o credenciamento, o pregoeiro declarará aberta a sessão, não sendo admitidos novos proponentes.

4.6. Os proponentes entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços (ENVELOPE N.º 1) e a documentação de habilitação (ENVELOPE N.º 2), momento em que terá início a fase de abertura e classificação das propostas. **É também neste momento que deverá o proponente entregar a declaração de identificação e a intenção de valer-se dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 (microempresas e empresas de pequeno porte).**

4.7. No caso da Sessão do Pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na Sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

4.8. Somente será considerada habilitada a licitante que houver preenchido os requisitos de Habilitação na data da Primeira Sessão e que apresentar, na Sessão de prosseguimento, os documentos atualizados que porventura estejam vencidos.

4.9. No ato de encerramento da sessão, os envelopes de habilitação das licitantes participantes e não vencedores do certame serão devolvidos pelo pregoeiro, devidamente fechados e lacrados, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

V – DAS PROPOSTAS (Envelope 1)

5.1. As propostas deverão ser datilografadas ou impressas por qualquer processo eletrônico, em papel timbrado do proponente, sem cotações alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, devendo estar rubricadas e a última folha assinada por representante legal da empresa, e consignar:

- a) número do Pregão, nome ou Razão Social do proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários (nome e número do banco, agência e conta corrente para fins de pagamento)
- b) valor unitário e total, expresso em REAL, com duas casas decimais e a descrição detalhada do objeto, além de outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante, sob pena de desclassificação;
- c) todas e quaisquer despesas relativas ao objeto desta licitação, tais como: tributos, encargos e contribuições sociais, fiscais, para fiscais, fretes, seguros, selos, emolumentos relativos às licenças e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.
- d) prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data prevista para a abertura das propostas;
- e) Indicação do preposto que ficará encarregado da assinatura da Ata de Registro de Preços, endereço, e-mail, números de fax e telefone, CPF, documento de Identidade (RG) e cargo na empresa;

5.2. A oferta deve ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.3. Caso o prazo da proposta não esteja expressamente indicado, fica estabelecido que este será de 60 (sessenta) dias, a contar da sessão de abertura deste pregão.

5.4. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de erro para mais e conseqüente desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.

5.5 - A apresentação das propostas implicará a plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

5.6 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, nos termos art. 43, § 6º, da Lei n.º 8.666/93.

VI – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1.1. Proceder-se-á à abertura dos envelopes “Proposta de preços” e aos seguintes procedimentos:

- a) rubrica e análise preliminar das propostas em conformidade com o objeto e exigências deste Edital e seus anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo;
- b) classificação para a fase de lances da proposta de menor valor e daquelas apresentadas com valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) em relação ao menor preço;
- c) classificação de até 03 propostas, quaisquer que sejam os valores ofertados, quando não houver, no mínimo, três propostas válidas nas condições definidas na alínea b.

6.1.2 Existindo discrepância entre os valores unitários e totais, prevalecerão os unitários e, havendo discordância entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor deste último.

6.1.3 Serão desclassificadas as propostas que:

- 6.1.3.1 contiverem cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação;
- 6.1.3.2 não atendam às exigências deste Edital;
- 6.1.3.3 ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- 6.1.3.4 contenham preços manifestadamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida e não vierem a comprovar sua exeqüibilidade, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.666/93;
- 6.1.3.5 contenham preços excessivos, aqueles considerados acima do valor de referência.

6.1.4 O ônus da prova da exeqüibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo determinado pelo pregoeiro.

6.1.5 A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

6.2 LANCES VERBAIS

6.2.1 Às licitantes classificadas será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir da licitante detentora da proposta de maior preço e às demais, em ordem decrescente dos preços ofertados.

6.2.2 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado, mesmo que não seja inferior ao detentor do menor lance.

6.2.3 Não havendo mais interesse das licitantes em apresentar lance verbal, e não havendo empate, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas exclusivamente pelo critério do menor valor da proposta, conforme definido no Edital.

6.2.4 Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.

6.2.5 A licitante que se abster de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, ficará excluída dessa etapa e terá mantido o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

6.2.6 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital e na legislação pertinente.

6.2.7 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

6.3 ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

6.3.1 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro procederá ao julgamento pelo critério de menor valor por item da proposta.

6.3.2 Se a melhor proposta não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por empresa enquadrada nesta categoria, devidamente credenciada, cujo valor seja igual ou até 5 % (cinco por cento) superior à proposta de menor preço, o pregoeiro concederá o direito de preferência à microempresa ou empresa de pequeno porte, adotando o seguinte procedimento:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada pelo pregoeiro para apresentar nova proposta com preço inferior ao de menor valor ofertado na fase de lances, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão;

b) Caso aceite, a microempresa ou empresa de pequeno porte terá a sua proposta classificada em primeiro lugar;

c) Não aceitando a convocação na alínea a, o pregoeiro convocará as empresas remanescentes, enquadradas na mesma condição do item 6.3.2, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

d) Caso todas as microempresas e empresas de pequeno porte, que estejam dentro do limite, não exerçam o direito de preferência, será classificada em primeiro lugar a empresa que apresentou originalmente a proposta de menor valor.

e) Se duas ou mais microempresas ou empresas de pequeno porte apresentarem propostas com valores iguais, o desempate será mediante sorteio.

6.3.3 Em seguida, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao atendimento dos requisitos e especificações constantes no Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito e verificará a habilitação da licitante conforme as disposições do Edital.

6.3.4 A licitante terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação da proposta readequada de preços, adequando os preços unitários ao valor ofertado.

6.3.5 A proposta readequada não poderá, em hipótese alguma, ter valor superior ao último lance ofertado pela empresa.

6.3.6 Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

6.3.7 Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências do ato convocatório, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

6.3.8 Nas situações previstas nos subitens 6.2.7, 6.3.3 e 6.3.7, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

6.3.9 Em caso de divergência entre informações contidas em documentos anexos à proposta e o descrito nesta, prevalecerá o conteúdo da proposta.

6.3.10. Após o resultado classificatório correspondente, os preços serão registrados no Sistema de Registro de Preços do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins;

6.3.10.1. Poderão ser registrados, pelo preço do primeiro colocado, tantos fornecedores quantos concordarem, através da Ata de Registro de Preços;

6.3.11. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus anexos.

VII – DA HABILITAÇÃO (Envelope 2)

7.1. Para habilitação ao certame será exigida a entrega do envelope "2", contendo os documentos a seguir relacionados:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal (link: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1>);
- b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade do FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) expedida eletronicamente. (Lei nº 12.440/2011).
- d) declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no anexo V deste Edital;
- e) comprovação de existência de sede ou filial da empresa licitante no Estado do Tocantins ou apresentação de plano de ação contemplando o deslocamento do profissional da sede ou filial da empresa até o local do evento, conforme item 1.4 do Termo de Referência;

- f) Atestado(s) de Capacidade Técnica ou Certidão(ões) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentado(s) em papel timbrado da emitente, que comprove ter a licitante prestado serviços de maneira satisfatória e compatíveis em características com o objeto desta licitação;
- g) Contrato social da empresa, documentos de identidade e CPF do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços;
 - g.1) Caso o responsável pela assinatura da ata de registro de preços não conste no contrato social com poderes para representar a empresa, deverá também ser apresentada procuração respectiva;
- h) A proponente deverá apresentar declaração expressa (conforme modelo do Anexo VI) de:
 - 1. Que se submete a todas as condições especificadas no Edital desta licitação.
 - 2. Não haver sido declarada inidônea junto a qualquer Órgão da Administração Pública e de que está ciente do dispositivo constitucional referente ao trabalho de menores.
 - 3. Que a documentação está regular e de não existirem fatos supervenientes impeditivos da habilitação.

7.2. Para as empresas cadastradas no SICAF, serão emitidas, no momento da abertura dos envelopes de documentação, por meio de consulta "on line", declarações extraídas daquele sistema que substituirão os documentos relacionados nas alíneas "a" a "c" do item 7.1. Essas declarações somente serão válidas para esta licitação desde que as informações relativas aos respectivos documentos estejam disponíveis naquele sistema e que os mesmos estejam dentro dos prazos de validade, sendo impressas e juntadas aos autos; havendo irregularidade no cadastramento, a licitante será inabilitada.

7.3. O pregoeiro efetuará ainda para efeitos de habilitação:

- a) consulta ao site www.cnj.jus.br para verificar o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa;
- b) consulta ao site www.portaltransparencia.gov.br para verificar o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria Geral da União.

7.4 A documentação deverá:

- a) estar em nome da licitante;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente.
- c) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas a matriz.

7.5. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope "Documentos de Habilitação", ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, será inabilitada, sem prejuízo da

aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02, não se admitindo complementação posterior à sessão.

7.5.1. Os documentos exigidos, obtidos através de sítios(sites), terão sua validade verificada, via internet, no momento da fase de habilitação, ficando estabelecido que havendo discordância entre o documento apresentado e a verificação na internet, prevalecerá a segunda.

7.5.2. Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

7.6. Caso exista algum fato que impeça a participação de alguma licitante, ou a mesma tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública ou se estiver suspensa de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, esta será desclassificada do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

7.7. Caso a licitante pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz, filial) deverá apresentar, desde logo, os documentos de regularidade fiscal em nome desses estabelecimentos, além dos demais documentos exigidos neste Capítulo para sua habilitação.

7.8. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.9 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.10. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, a assinatura da ata de registro de preços, ou revogar a licitação.

7.11. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta/documentação.

7.11.1 Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

7.11.2 Os envelopes contendo a documentação ficarão em posse do Pregoeiro de modo a garantir a execução contratual.

7.12. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro e as licitantes presentes.

7.13. Se não houver tempo suficiente para a abertura e julgamento dos envelopes "Proposta de preços" e "Documentos de habilitação" em uma única sessão, ou, ainda, se surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a sessão será suspensa, tendo continuidade em nova sessão, para a qual serão intimadas as licitantes.

VIII – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

8.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

8.1.1. A apresentação de impugnação ao presente Edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 12 do Decreto n.º 3.555/2000, devendo ser entregue diretamente ao pregoeiro.

8.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

8.3. Dos atos do pregoeiro neste processo licitatório cabe recurso, sendo a manifestação da intenção de interpô-lo expressa no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas razões e contrarrazões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.

8.4. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

8.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6. Se não reconsiderar sua decisão o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração do Diretor-Geral, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

8.7. Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão dar entrada no Serviço de Protocolo desta Corte, observado o prazo legal.

8.8. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Seção de Licitações – SELIC deste Regional.

IX – DA ADJUDICAÇÃO

9.1. A adjudicação, em favor da licitante vencedora, será feita pelo pregoeiro no final da sessão e registrada em ata, caso não haja a manifestação do interesse de interpor recurso.

9.2. Ocorrendo recurso, após proferida a decisão e feita a comunicação ao interessado, o procedimento licitatório será submetido ao Diretor-Geral deste Tribunal para os procedimentos de adjudicação e homologação.

X – DA HOMOLOGAÇÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Após a adjudicação do objeto e a homologação do resultado da licitação pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços mediante Ata de Registro de Preços, que observará, entre outras, as seguintes condições:

10.1.1. A Ata de Registro de Preços é um compromisso de prestação de serviços e destina-se a subsidiar o acompanhamento dos preços

10.1.2. A Ata de Registro de Preços (Anexo VII) integra o presente Edital e deverá ser assinada eletronicamente pela licitante vencedora, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação.

10.2. Para poder efetivar a assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá estar cadastrada no Sistema Eletrônico de Informação deste Tribunal.

10.2.1. Caso não possua o referido cadastro, será enviado link de página da internet, para o e-mail do responsável pela assinatura da Ata, como forma de se implementar a assinatura eletrônica.

10.3. Serão registrados na ata de registro de preços:

- I. os preços e quantitativos da licitante vencedora durante a etapa competitiva; e
- II. na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos da licitante vencedora.

10.4. É facultado à Administração, quando a licitante vencedora não assinar a Ata, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar outra licitante para assiná-la, observado o disposto no item 10.3 e obedecida a ordem de classificação registrada na ata de registro de preços.

10.5. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no item 10.1.2, ensejará a aplicação de penalidades descritas no capítulo 14 deste edital.

10.6. Após a publicação da Ata de Registro de Preços, no Diário Oficial da União, poderão ser feitas as requisições dentro do prazo de validade do Registro.

10.6.1. O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial da União e ficarão disponibilizados no site www.tre-to.jus.br durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.7. A contratação observará as cláusulas e condições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

10.8. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União.

10.9. A licitante que tenha seu preço registrado estará obrigada a cumprir todas as condições dispostas na Ata de Registro de Preços (Anexo VII).

10.10 A Contratada deverá manter-se, durante a vigência do Registro de Preços em compatibilidade com as condições de habilitação assumidas na licitação, exclusivamente quanto aos documentos descritos no item 7.1 deste Edital, renovando as respectivas certidões e encaminhando-as ao TRE/TO (Coordenadoria de Material e Patrimônio), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da solicitação das mesmas.

10.11 Qualquer órgão ou entidade integrante da administração pública poderá ser autorizado a utilizar a Ata de Registro de Preços durante a sua vigência, desde que comprovada a vantagem, devendo, para tanto, consultar o TRE-TO sobre a possibilidade de adesão, nos termos do art. 22, do Decreto n.º 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

10.11.1. As adesões só poderão ser autorizadas nos casos em que não excedam, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, nos termos do § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013.

10.11.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação dos serviços decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com este Tribunal.

10.11.3. As aquisições ou contratações adicionais de que trata o item 10.11.1 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, nos termos do § 3º do art. 22 do Decreto n.º 7.892/2013.

10.11.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.11.5. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.12. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por certificação digital e ou eletronicamente pelo Sistema Eletrônico de Informação deste Tribunal e será disponibilizada no sítio www.tre-to.jus.br.

10.13. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

XI – DA DESPESA ORÇAMENTARIA

11.1. A Seção de Planejamento e Gestão Orçamentária deste Tribunal informa que a reserva orçamentária para cobrir essa demanda, ocorrerá após a concretização da contratação.

XII – DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA O FORNECIMENTO DO OBJETO

12.1 Havendo necessidade de prestação de serviços este(s) será(ão) solicitado(s) formalmente por servidor da Assessoria de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial (ASCOM), mediante Solicitação de Fornecimento devidamente assinada pelo agente responsável, conforme Anexo VIII – Modelo Requisição de Fornecimento.

12.2 As requisições de fornecimento serão emitidas com a antecedência mínima de 48 horas da data de realização do evento na Capital e 72 horas para eventos no interior, e conterá, entre outros, o horário máximo para que o profissional se apresente ao TRE-TO com todo o equipamento necessário à prestação do serviço.

12.3 Para a prestação de serviços de filmagem, a empresa deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes equipamentos:

- a) 01 (uma) câmera fixa com tripé;
- b) equipamentos de iluminação; e
- c) 01 (um) microfone de mão para entrevistas.

12.3.1. A empresa contratada poderá, a seu critério, ofertar serviços/equipamentos com características superiores às exigidas, desde que não haja a descaracterização do objeto.

12.4 O prazo de entrega das mídias é de 3 (três) dias, contados a partir do encerramento do evento.

12.4.1. No caso de cobertura fotográfica, independente da elaboração do material editado e para que seja possível a realização da divulgação imediata de cada evento/notícia, deverá ser efetuada pela contratada a entrega imediata, em meio magnético ou e-mail (ascom@tre-to.jus.br), de pelo menos 10 (dez) fotografias;

12.4.2. Local de entrega: Assessoria de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial (ASCOM), localizada no edifício sede deste Tribunal

(Av. Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 1, Lotes 1/2, Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-214, Palmas – Tocantins).

12.5 Os serviços serão realizadas de acordo com os pedidos, para as quais serão emitidas as notas de empenho respectivas e encaminhadas para a empresa contratada.

12.6 O recebimento do objeto da presente licitação dar-se-á na forma prevista no art. 73, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.6.1. O recebimento provisório dos serviços não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) quantidades e especificações em conformidade com o estabelecido na Requisição de Fornecimento;
- b) nos prazos e locais definidos pela ASCOM.

12.7 O recebimento definitivo dos serviços dar-se-á após verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital e da Requisição de Fornecimento.

12.7.1. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal efetuada por servidor da ASCOM.

12.8 Relativamente ao disposto no presente título, aplica-se também, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor.

12.9 As demais condições, forma e prazo para o fornecimento do objeto deste instrumento convocatório encontram-se estabelecidas na “Minuta da Ata de Registro de Preços”, Anexo VII, parte integrante deste Edital independente de transcrição, bem como no Termo de Referência que subsidiou este Edital.

XIII – DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento à licitante vencedora será efetuado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, através de Ordem Bancária, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 01 (uma) via, devidamente atestada conforme item 12.7.1 deste edital.

13.2. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.

13.3. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante do SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

XIV – DAS PENALIDADES

14.1. A licitante que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, cometer fraude fiscal, não mantiver a proposta ou comportar-se de modo inidôneo será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14.1.1. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

14.2. O atraso injustificado na execução da contratação, inexecução total ou parcial, sujeitará o contratado às penalidades descritas no Anexo VII (Ata de Registro de Preços).

14.3. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no item 10.1.2 desse edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a multa compensatória no percentual de até 10 % (dez por cento) calculada sobre o valor da ata de registro de preços;

14.4. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

14.5. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital.

14.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

XV - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-TO E DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. As obrigações do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins e da(s) licitante(s) vencedora(s) encontram-se especificadas no Termo de Referência (ANEXO I) e na Ata de Registro de Preços (ANEXO VII).

XVI – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1. Após o encerramento da etapa competitiva e declarada a vencedora do certame, as demais licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora.

16.1.1. A apresentação de novas propostas na forma do item 16.1 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante vencedora.

16.1.2. O registro a que se refere o item 16.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão da primeira colocada da ata, nas hipóteses previstas no item 11.5 do Anexo VII (Ata de Registro de Preços).

16.2. Para possibilitar a implementação do disposto no item 16.1 deste edital, o pregoeiro efetuará os seguintes procedimentos:

16.2.1. Convocará as demais licitantes classificadas para a etapa de lances verbais a reduzirem seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora.

16.2.2. Os licitantes que atenderem à convocação do item 16.2.1 terão os valores registrados em ata e deverão enviar os documentos de proposta ajustado no prazo assinalado pelo pregoeiro.

16.2.3. as propostas com preços unitários diferentes da proposta vencedora serão desconsideradas.

XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

17.2. Não será admitida a subcontratação pela licitante vencedora na execução do objeto deste Edital.

17.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

17.4. O Pregoeiro poderá, no interesse do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, relevar omissões puramente formais nas propostas apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

17.5. As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, nos casos de força maior, devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa a licitante vencedora.

17.6. São partes integrantes deste Edital:

Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Anexo III - MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Anexo IV - MODELO DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Anexo V - MODELO DECLARAÇÃO – ART. 7º, CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Anexo VI - MODELO DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

Anexo VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Anexo VIII - MODELO REQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO

17.7 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.8 As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes desta licitação, serão feitas pessoalmente, publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral do Tocantins ou encaminhadas via fax ou e-mail, para o número ou endereço eletrônico indicados pela licitante na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio do fax ou mensagem eletrônica.

17.9 Quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da contratação, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para tal, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos subitens 6.3.7 e 6.3.8;

17.10 Ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da citada lei.

17.11 O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que possam surgir em decorrência da interpretação deste Edital, desde que argüidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o início da Sessão de julgamento, no endereço: Av. Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 01/02, Seção de Licitações, nesta Capital, ou pelos telefones (63) 3233-9776, (63) 3233-9775 (fax), no horário das 12:00 às 19:00 horas, ou ainda pelo endereço eletrônico cpl@tre-to.jus.br.

17.12 É competente o foro do Juízo Federal da Seção Judiciária do Tocantins, Seccional Palmas, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Palmas - TO, 02 de março de 2015.

José de Oliveira Castro Júnior
Pregoeiro do TRE-TO